

# A democracia sitiada: o abismo entre o código e a urna



» MARCELO SENISE  
Sociólogo, presidente do Instituto Brasileiro para a Regulamentação da IA (Iria) e autor do livro *A delicada* (ou não) arte da desconstrução política

O cenário político brasileiro em 2026 acende um alerta grave sobre a integridade democrática. Em vez de reduzir distorções, a tecnologia tem ampliado vulnerabilidades em ritmo superior à capacidade de resposta das instituições. Dados do Observatório IA nas Eleições mostram uma realidade inquietante: dois em cada três conteúdos produzidos com inteligência artificial circulam nas redes sem qualquer sinalização de sua natureza sintética. Não se trata apenas de descumprimento das normas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O que está em curso é a abertura de um vazio regulatório, técnico e ético que favorece disputas judiciais em larga escala e corrói, de forma silenciosa, a confiança pública.

A transparência, que deveria ser princípio elementar da comunicação política, tornou-se exceção. Quando peças publicitárias, vídeos e postagens passam a ser disseminados sem identificação clara, o eleitor perde uma referência essencial para julgar o que vê. Esse ambiente embaralha as fronteiras entre autenticidade e simulação e compromete a soberania do voto consciente. Mais do que um desafio operacional para as plataformas

e para a Justiça Eleitoral, isso revela uma mudança preocupante: a política deixa de ser um espaço de encontro humano e passa a ser mediada por artefatos que imitam a realidade com precisão crescente, mas sem compromisso com a verdade.

Há ainda um efeito subjetivo profundo. O excesso de polimento, a ausência de falhas naturais e a perfeição artificial das mensagens empurram o cidadão para aquilo que a ciência descreve como "vale da estranheza". Quando tudo parece impecável demais, algo se rompe na percepção. A comunicação deixa de soar humana e passa a despertar desconfiança. O eleitor pode até não identificar tecnicamente a manipulação, mas percebe que há algo sem densidade, sem vida, sem convicção. É a política transformada em avatar: correta na superfície, vazia no conteúdo, calibrada por algoritmos para parecer aceitável, mas incapaz de transmitir verdade.

Nesse contexto, cresce a ilusão de que campanhas serão mais seguras quanto mais conseguirem sanitizar seus candidatos. É um erro. Ao remover hesitações, contradições e marcas pessoais, produz-se uma desumanização involuntária. A comunicação política perde presença, perde calor e perde vínculo. A inteligência artificial pode ser útil como instrumento de análise, monitoramento e organização estratégica. Pode apoiar diagnósticos, mapear tendências e ampliar a capacidade de reação. Mas não pode ocupar o lugar da voz humana. Quando a tecnologia deixa de ser suporte e se converte em rosto da comunicação, o debate público passa a operar sob uma lógica de laboratório, e não de representação.

O problema, por isso, não será resolvido apenas com a judicialização posterior das fraudes e mentiras. Quando a resposta chega, o dano simbólico muitas vezes já foi produzido. O enfrentamento dessa nova guerra informacional exige outra postura das campanhas, dos partidos e das instituições: menos fascínio pela performance sintética e mais compromisso com presença autêntica, coerência e responsabilidade pública. A blindagem real não nasce da fabricação de personagens perfeitos, mas da consistência entre discurso, trajetória e prática. Deepfakes podem imitar rostos, vozes e gestos; não conseguem sustentar, por muito tempo, uma relação real de confiança.

O risco de 2026 é permitir que a política seja reduzida a uma disputa entre códigos ocultos, simuladores de afeto e máquinas de persuasão. Se isso ocorrer, a representatividade será esvaziada por dentro. A democracia depende de mediações institucionais, mas depende também de reconhecimento humano. É preciso reafirmar um humanismo político capaz de recolocar a técnica em seu devido lugar: como ferramenta subordinada à ética, e não como poder autônomo sobre a percepção coletiva.

A inteligência artificial pode reproduzir fala, imagem e linguagem com impressionante eficiência, mas não substitui caráter, responsabilidade nem empatia. Se a política quiser sobreviver ao excesso de artifício, terá de reaprender a valorizar o que nenhuma máquina consegue simular por inteiro: a imperfeição humana como sinal de verdade.



## Um pacto pela dívida pública



» BENITO SALOMÃO  
Professor do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia

No artigo de abril, propus uma reflexão sobre um tema que dificilmente ocupará o debate eleitoral de 2026, mas certamente ocupará a agenda do próximo governo: trata-se da dívida pública e a sua contínua expansão. O último dado da Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) ultrapassa a casa dos 80% do PIB. Há aproximadamente um mês, quando escrevi o texto anterior, ele se encontrava em 79,4%. Em suma, a DBGG deve continuar se expandindo no horizonte próximo.

Duas perguntas devem ser levantadas sobre essa questão: primeiramente, quais as causas de uma trajetória de endividamento público tão insustentável? Em segundo lugar, como corrigir essa trajetória. Este artigo focará na primeira pergunta.

Alguns economistas vão dizer que a causa de o endividamento público crescer de forma tão contundente são os desequilíbrios fiscais. Será? Entre 2023 e 2025, o déficit primário da União diminuiu de 2,4% para 0,4% do PIB. Em três anos, um esforço fiscal de 2% do PIB foi verificado no Orçamento — esperava-se que isso influenciasse a trajetória de crescimento do endividamento público.

Uma explicação recorrente dada por economistas do mercado é que a piora fiscal não tem sido observada pelo lado do resultado primário, mas, sim, pela trajetória "insustentável" do gasto público. Mais uma vez, olhemos para os dados. De fato, a despesa pública saltou em termos reais de

RS 2,118 trilhões em janeiro de 2023 para RS 2,439 trilhões em janeiro deste ano. Uma expansão real de pouco mais de R\$ 300 bilhões. Entretanto, ao se comparar com o dado da despesa primária em proporção do PIB, a oscilação foi muito modesta — o gasto público saltou de 18,4% do PIB para 19,1% do PIB no período. Isso é, tem-se uma variação de pouco mais de meio por cento do PIB no triênio.

Sob qualquer perspectiva que se olhe, parece difícil sustentar a hipótese de que uma expansão de oito pontos percentuais do PIB em três anos esteja sendo explicada por um déficit que foi reduzido em dois pontos do PIB no período. Tão pouco pode-se creditar essa dinâmica ao fato de a despesa pública ter avançado meros 0,6% do PIB no mesmo período. Em suma, embora o problema fiscal exista no Brasil, ele tem sido sobredimensionado no debate público e, seguramente, não é a causa da trajetória recente de expansão do endividamento público.

Isso posto, voltemos à primeira pergunta: o que explica esse endividamento. Uma resposta definitiva sobre esse tema requer uma investigação mais aprofundada; mas, aparentemente, esse comportamento parece estar associado ao custo de rolagem da DBGG. Uma curiosidade observada nos dados é que a taxa implícita de juros média da DBGG entre 2023 e 2026 foi de 11%. A taxa implícita de juros é uma boa proxy do custo de rolagem da dívida, uma vez que condensa em um único número as despesas com juros e encargos com o saldo da dívida.

Como dito, a taxa implícita média no triênio iniciado em 2023 foi de 11%. Permaneceu nesse patamar mesmo durante aquele curto período entre agosto de 2023 e setembro de 2024, quando o Banco Central (BC) reduziu a Selic de 13,75% para 10,5%, indicando que o custo de rolagem da dívida pública praticamente não absorveu o

afrouxamento monetário experimentado no país naquele período. Isso lança incertezas adicionais sobre o problema; uma vez que o BC volta a implementar um ciclo de afrouxamento monetário, parece que isso não irá reverberar sobre o custo de financiamento do governo.

Em resumo, o custo implícito da dívida do governo manteve-se imutável em torno de 11% ao ano em termos nominais. Esse valor não cedeu à evidente melhora do resultado primário que foi citada acima, tão pouco respondeu a ciclos, ainda que curtos, de afrouxamento da política monetária. Ademais, nada garante que uma nova rodada de esforço fiscal que leve a economia de um déficit de 0,4% do PIB para um superávit de 2% do PIB (esforço fiscal de 2,4% no total) produza qualquer impacto relevante na relação dívida/PIB se o custo de rolagem da dívida não tem respondido ao fiscal.

Esse fenômeno merece uma investigação acadêmica de maior profundidade. No entanto, dado que esse custo de rolagem é um preço fixado a partir de um equilíbrio no mercado de títulos, em que o governo emite títulos de dívida e o mercado os compra, parece haver uma cobrança desproporcional dos detentores da dívida pública para demandar esses papéis. Isso pode estar relacionado com uma crença generalizada nesses segmentos, porém pouco respaldada em dados, de que a política fiscal em curso é insustentável.

Se essa hipótese tiver fundamento, solucionar o problema fiscal passa por uma reversão profunda dessa crença e uma revisão do estado de expectativas dos agentes, particularmente daqueles que adquirem a dívida do Tesouro. Em suma, solucionar o problema fiscal passará por um pacto pela dívida pública que vai exigir do governo um amplo esforço de reconstruir sua reputação e credibilidade nesse tema, mas também uma maior boa vontade do mercado que adquire essa dívida.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.dj@dabr.com.br



## A era digital do euro ou o controle central

Há datas que dividem a história. 14 de maio de 2026 pode ser uma delas. Nesta quinta-feira, enquanto a grande mídia europeia permanece em silêncio ensurdecedor, ocupada com escândalos de celebridades e boletins climáticos, o Banco Central Europeu (BCE) consolida mais um passo decisivo rumo à implantação do euro digital: encerra-se o prazo oficial para que prestadores de serviços de pagamento de todo o continente manifestem interesse em participar do projeto-piloto da nova moeda.

De Frankfurt, a máquina tecnocrática que governa o dinheiro de 350 milhões de europeus avança silenciosamente. E o silêncio, nesse caso, não é inocente. O euro digital é apresentado ao público como uma inovação benigna: mais rapidez, mais segurança, mais inclusão financeira. O Banco Central Europeu (BCE) repete como mantra que a nova moeda "preservará a liberdade de escolha e a privacidade dos europeus". Mas há uma diferença fundamental entre o que os tecnocratas prometem e o que a arquitetura do sistema permite. E é exatamente nessa diferença que reside o perigo.

Diferentemente do dinheiro em papel ou mesmo dos saldos bancários digitais convencionais, que circulam entre bancos privados e têm certa opacidade operacional, o euro digital será emitido diretamente pelo BCE e poderá, em tese, ser rastreado transação por transação, programado para expirar, bloqueado por decreto e condicionado ao cumprimento de critérios definidos por uma burocracia supranacional sem mandato eleitoral. Trata-se de uma capacidade técnica inerente à Moeda Digital de Banco Central (CBDC, na sigla em inglês), reconhecida pelos próprios documentos internos das instituições que a desenvolvem.

Mas o que significa, concretamente, "respeitar padrões de privacidade" quando a infraestrutura técnica permite monitoramento total? Significa, na prática, que o Estado só exercerá o controle quando quiser, e quem decide quando quer é o próprio Estado. A promessa de privacidade de um sistema programável é, por natureza, revogável. Não é uma garantia: é uma concessão temporária.

Os grandes escritores do século 20 foram profetas inadvertidos. George Orwell, em *1984* (1949), imaginou um regime no qual o controle não se exercia apenas pela força bruta, mas pela manipulação do que as pessoas podiam pensar, dizer e crucialmente possuir. O protagonista Winston Smith vive num mundo em que até a memória é confiscável. A novidade do nosso tempo é que o confisco pode ocorrer sem prisões, sem policiais na porta: basta um algoritmo que bloqueie sua carteira digital.

Aldous Huxley, em *Admirável mundo novo* (1932), foi ainda mais perturbador: seu pesadelo não era o terror explícito, mas a domesticação alegre. Os cidadãos do Estado Mundial não eram torturados, eram seduzidos. O controle funcionava porque as pessoas o queriam. Substitua o "soma" de Huxley pela conveniência do pagamento por aproximação e pelo cashback do aplicativo do banco central, e você terá uma atualização perfeita do romance para o século 21.

Ayn Rand, em *Atlas Shrugged* (1957), obra que a academia raramente perdoa por seu rigor intransigente, descreveu, com precisão cirúrgica, o mecanismo pelo qual Estados em colapso se apropriam da produção privada por meio de regulações progressivamente sufocantes. "Quando o dinheiro deixa de ser o veículo de trocas entre homens e se torna o instrumento para controlar os homens", adverte um personagem, "prepare-se para uma sociedade de ladrões e escravos." "Não são os tiranos que destroem os países livres. São os cidadãos que trocam liberdade por segurança e terminam sem nenhuma das duas."

Philip K. Dick, em *A scanner darkly* (1977), e Margaret Atwood, em *O conto da aia* (1985), exploram variações do mesmo tema: sociedades em que o monitoramento total se disfarça de proteção.

O Estado que vê tudo justifica a vigilância pela ameaça de terrorismo, lavagem de dinheiro, evasão fiscal, pandemia, crise climática. Sempre haverá uma crise suficientemente grave para justificar mais um passo rumo ao controle absoluto. O euro digital nasce precisamente nesse caldo cultural: um continente assustado com desinformação, colapso bancário, criptomonedas "selvagens" e dependência do dólar americano. O medo é o melhor arquiteto da servidão voluntária.

Não por acaso, a China lidera o mundo na implementação de CBDCs com seu yuan digital (e-CNY), um sistema já integrado ao chamado "crédito social" em algumas regiões. A arquitetura do euro digital, claro, é apresentada como radicalmente diferente. Mas arquiteturas mudam quando os governos mudam. O código pode ser reescrito. As leis podem ser alteradas. O que não se reconstrói facilmente é a infraestrutura do controle, uma vez erguida.

Analistas independentes e economistas heterodoxos vêm apontando aquilo que os relatórios oficiais do BCE evitam nomear diretamente: a implantação massiva do euro digital representa, em essência, uma transferência histórica de poder dos cidadãos para a instituição emissora.

### » A frase que foi pronunciada

"Você pode evitar a realidade, mas não pode evitar as consequências de evitá-la."

Ayn Rand

### » História de Brasília

Um jornal, que não me lembro qual foi, publicou uma nota da inspeção das autoridades aos blocos da Asa Norte, e uma foto que mostrava o sr. Pery, presidente do IAPC, dizia, na legenda, que era o representante da Capua & Capua... (Publicada em 18/5/1962)